

Crise Pandémica e Crise na Habitação *Mulheres em foco*

Como | ficar

em casa

?

"Como ficar em casa?
Intervenções imediatas
de combate à COVID-19
em bairros precários da
AML", foi financiado pela
FCT ao abrigo do
programa *Gender
Research 4 COVID 19*.

ORG
Joana Pestana Lages
Sílvia Jorge

dinamia
'cet_iscte

iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Crise Pandémica

FICHA TÉCNICA

Título

Crise Pandémica e Crise na Habitação
- Mulheres em foco

Organizadoras da publicação

Joana Pestana Lages
Sílvia Jorge

Contributos

Ana Carolina Ferraz
Inês Veiga
Joana Pestana Lages
Júlia Carolino
Luís Mendes
Ricardo Higuera
Saila-Maria Saaristo
Sílvia Jorge
Sílvia Viegas

© 2020, DINÂMIA'CET-Iscte

ISBN

978-989-781-365-8

Esta publicação faz parte do projeto
“Como ficar em casa? Intervenções
imediatas no combate à COVID-19
em bairros precários da AML”

Coordenadora

Joana Pestana Lages

Investigadoras/res

Ana Carolina Ferraz
Inês Veiga
Júlia Carolino
Luís Mendes
Ricardo Higuera
Saila-Maria Saaristo
Sílvia Jorge
Sílvia Viegas

DINÂMIA'CET-Iscte

Ed. Iscte

Sala 2w4d

Av.ª das Forças Armadas

1649-026 Lisboa

T. (+351) 21 046 4031 | (+351) 210 464 197

E. dinamia@iscte-iul.pt

Agradecimentos

O nosso obrigada a todas as mulheres com quem conversámos nos territórios e lugares por onde passámos, em especial às que partilharam connosco as suas histórias de vida, às que aceitaram preencher o inquérito e o aplicaram, especificamente a Adama Camara, a Alexandra Alves Luís, a Nandini e a Paula, bem como às mulheres que integram o Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação, que orientam a luta de cada uma numa direção comum. O nosso agradecimento à rede de parceiros que nos apoiou, nomeadamente às associações Habita, Moinho da Juventude, Mulheres Sem Fronteiras e Mulheres na Arquitectura, mas também à Associação de Moradores das Terras da Costa e ao Fórum Refúgio Portugal. Por fim, a quem tem lugar na nossa casa, obrigada.

Apoio

dinamia
'cet_iscte

iscte
INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
E TECNOLOGIA

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Índice

Introdução	4	Do Bairro, vê-se a cidade. Cultivando a proximidade em tempos de exceção	72
Crise Pandémica e Crise na Habitação: Mulheres em foco		Júlia Carolino	
Cronograma	6	Ser mulher e mãe sem habitação condigna	76
<hr/>		Saila-Maria Saaristo	
1. Retratos	8	Mulheres em situação de refúgio em Portugal. Co-construindo solidariedades passo a passo.	80
Habitação precária na vida de dez mulheres		Sílvia Leiria Viegas	
Experiências vindas da praxis	50	Acabar com os estereótipos de género associados aos cuidados	84
Entrevista	54	Ricardo Higuera Mellado	
Alexandra Alves Luís, Mulheres sem Fronteiras		O papel do cuidado: mulheres em tempos de COVID-19	88
Entrevista	60	Ana Carolina Ferraz	
Maria Luísa Salazar, CAOMIO		Design e comunicação visual em tempo de pandemia	92
<hr/>		Inês Veiga	
2. Olhares. Habitação, Género, Pandemia	58	3. Prática(s) Inquérito, Workshops, Manual, Ferramentas	96
Para uma leitura genderizada da casa, através da pandemia	60	Inquérito	98
Joana Pestana Lages		Workshops	100
Quando ‘ficar em casa’ não é opção. A vulnerabilidade das mulheres em tempo de pandemia	64	Manual	102
Sílvia Jorge		Ferramentas e estratégias potenciais de ação	108
Onde pára o direito à habitação? O lugar da precariedade nas políticas de habitação em tempos de COVID-19	68	Notas Biográficas	112
Luís Mendes			

Mulheres em situação de refúgio em Portugal. Co-construindo solidariedades passo a passo.

Sílvia Leiria Viegas
Pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Começo por fazer uma manifestação de interesse. Integro a academia e a sociedade civil organizada em torno da inclusão de refugiados em Portugal. Sou mulher e ativista, defensora do direito de todos e todas à cidade e à co-construção de uma sociedade mais equitativa e justa, alternativa à atualmente existente, reprodutora e produto do capital. Neste quadro, desenvolvo o projeto INSEhRE21, *Inclusão Sócio-espacial e Habitacional dos Refugiados na Europa de Hoje*¹, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, desde 2017, sendo ainda, desde 2019, colaboradora do Fórum Refúgio Portugal. Trata-se de uma plataforma de diálogo e colaboração nacional entre representantes de associações de refugiados, académicos, sociedade civil e instituições públicas e/ou privadas envolvidas na promoção e divulgação de atividades apontadas para a busca de melhores mecanismos de integração, inclusão social e autonomização de pessoas em situação de refúgio em Portugal. É, conseqüentemente, o lugar que elegi para a minha prática de cidadania ativa, o espaço onde diariamente aprendo, construo e partilho conhecimento, sabendo que o seu acumulado se autonomiza muito para além dos vários esforços individuais. E é também nesse outro espaço do conhecimento empírico e reflexivo co-produzido que me encontro e reconheço enquanto investigadora. Neste ambiente de criação de múltiplas sinergias e aprendizagens, destaco o papel insubstituível de Alexander Kpatue Kweh, coordenador do Fórum Refúgio Portugal, na promoção da discussão em torno de várias dimensões importantes relativas aos processos de inclusão de pessoas em condição de

refúgio em Portugal, nomeadamente as questões de género, racismo e xenofobia, de acesso à língua, à educação, emprego e habitação condigna, em suma, do direito a uma vida plena. Destaco ainda a sua capacidade de criar pontes, estreitar laços e criar oportunidades, pivotando interesses governamentais com ações da sociedade civil e academia, numa ótica propositiva. Outros atores são também de destacar pela sua proximidade com as comunidades locais na Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo nas Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, nomeadamente o mais-velho, Ahmed Abdallah, e Mubarak Hussein, em representação da associação União de Refugiados em Portugal (UREP), que integram o Fórum Refúgio Portugal em articulação muito estreita com o coordenador. Refiro, ainda, o importante papel da recém-coordenadora da Iniciativa de Empoderamento de Mulheres em Situação de Refúgio, Enas Fathalla. Unidos pelo apelo do apoio às pessoas em situação de refúgio em Portugal, com quem se identificam e cujas dificuldades (re)conhecem, além das origens e histórias de vidas díspares, estas lideranças comunitárias e representantes associativos integram uma larga rede de solidariedade e esperança co-construída e paulatinamente fortalecida passo a passo, sabendo que, assim, o outro se faz próximo.

A LENTE DA COVID-19

Em Dezembro de 2019, a experiência de co-organização da Assembleia Geral do Fórum Refúgio Portugal fez-me refletir em torno dos temas debatidos nos dois dias de atividades. Sob o mote *Pensando nos Caminhos Possíveis para a Construção da Plena Cidadania*, as associações de refugiados em representação das vozes individuais e coletivas, a sociedade civil organizada, algumas organizações institucionais e o governo local, debateram juntos questões legais, de acesso à saúde, ao ensino superior, de direito à cidade, de empreendedorismo e mobilidade, analisando-se também as ditas boas práticas de colaboração entre refugiados e académicos, os testemunhos das instituições e técnicos envolvidos nos processos de acompanhamento e integração na atualidade, tendo em conta um passado recente. Tivemos ainda a oportunidade de ouvir testemunhos de refugiados a experienciar precariedades diversas e, no fim, desfrutar de um momento musical, intercultural. Não foi o primeiro evento relevante em torno do

acolhimento dos refugiados em Portugal. Contudo, tratando-se da celebração do primeiro ano de existência do Fórum Refúgio Portugal, foi o principal momento público onde se criticou, de forma assumida, articulada e construtiva, o sistema de acolhimento de refugiados em Portugal. Este importante passo contribuiu para desconstruir abertamente, e em conjunto, uma narrativa política cristalizada em torno da ideia de que Portugal é um país exemplar no que toca à integração de refugiados. Mais importante se revela tendo em conta o aparecimento da COVID-19 e o destapar do denso véu das inúmeras desigualdades. Por um lado, aumentaram os problemas estruturais, relativos à aprendizagem da língua portuguesa, a consequente falta de trabalho ou limitação a empregos precários e mal remunerados – muitos desconectados das capacidades e habilitações profissionais individuais –, entre outros. Por outro lado, iluminou-se a desinformação religiosa e sociocultural conducente a práticas de intolerância e xenofobia, além de um racismo profundamente enraizado numa sociedade dita acolhedora em contexto pós-colonial. Aqui, perdendo a vergonha, o reforço e a consolidação de uma ideologia excludente têm ganho força no quadro político nacional, reforçando uma rede internacional. É neste contexto, polarizado, que o Fórum Refúgio Portugal atua em contexto pandémico, procurando identificar os casos de maior vulnerabilidade e respondendo com a entrega de bens alimentares, medicamentos e produtos de higiene pessoal. Através do Plano de Apoio Refúgio, financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações e a Fundação Calouste Gulbenkian, e gerido pela UREP, o Fórum Refúgio Portugal criou seis linhas de atendimento telefónico em várias línguas. Porém, o dinheiro canalizado para o Plano foi insuficiente para responder a todos os pedidos, tendo em conta a longa duração da COVID-19 e a dificuldade de chegar aos refugiados dispersos pelo território nacional.

INICIATIVA DAS MULHERES: UMA CASA NA REDE?

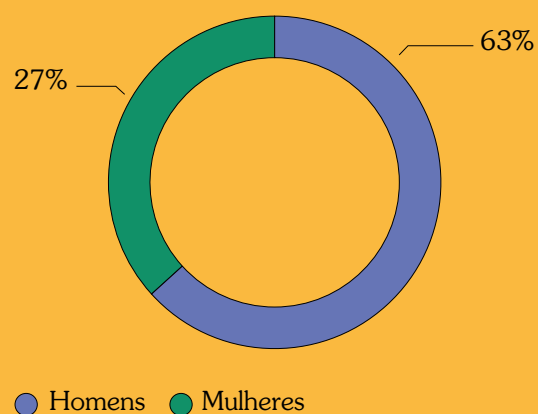
A Iniciativa de Empoderamento das Mulheres em Situação de Refúgio nasceu no início de 2019. Surgiu porque as mulheres que representa têm uma voz muito limitada, sem oportunidades de expressão no que diz respeito aos problemas enfrentados por si e pelas suas famílias, no dia-a-dia. Assim, a Iniciativa de Empoderamento quer ser um espaço de debate

de ideias em liberdade e segurança, e também de co-criação de atividades e oportunidades, bem como de sinérgias junto de outras mulheres ou organizações de mulheres da sociedade portuguesa, numa lógica de reciprocidade e de solidariedade. A Iniciativa quer, desta forma, enquadrar dificuldades e identificar linhas de força para ultrapassar vários obstáculos. Neste contexto, a conversa online que co-organizei no início de Novembro de 2020 – *Mulheres na Pandemia COVID-19. Forças em Situação de Vulnerabilidade* –, apresentou e refletiu em torno dos relatos de mulheres em situação de refúgio, nacionais e de países estrangeiros, sobre as suas limitações e formas de precariedade, abordou o tema do direito das mulheres e das crianças ao acesso à educação e formação profissional, culminando com mensagens de esperança em torno da co-criação de mecanismos de capacitação e empoderamento. A apresentação de projetos, em preparação ou em curso, gerou mais otimismo. Especificamente sobre o acesso à habitação, no quadro mais abrangente do direito à cidade, na Assembleia Geral de 2019 elenquei diversos problemas no que diz respeito à casa e à construção de cidadania para e por pessoas em situação de refúgio, tendo em conta o contexto nacional de forte especulação imobiliária. Nessa altura, questões como a gentrificação, turistificação, renovação urbana, sobrelotação habitacional e despejos forçados foram sublinhados, fazendo-se paralelismos vários com dificuldades de outras comunidades a sobreviver em situação de grande precariedade em Portugal. Aqui, diferenciaram-se os estatutos legais – requerentes de asilo, ditos refugiados espontâneos e acolhidos ao abrigo dos programas europeus – perspetivando-se os maiores problemas e, por este motivo, também soluções. Identificando-se o problema estrutural do acesso à habitação condigna, com maior visibilidade na Área Metropolitana de Lisboa, as respostas

partilhadas passaram, por um lado, por uma revisão regulamentar sobre a lei de mercado e, por outro lado, pela construção e reforço de redes de cooperação a trabalhar ativamente no terreno em proveito destas comunidades. Este tema foi também abordado na iniciativa das Mulheres na Pandemia COVID-19 onde, uma vez mais, se destacou o importante papel da sociedade civil organizada, da academia e da governação local e, neste caso, das mulheres que as integram numa perspetiva de sororidade, consolidando o seu lugar nas lutas pelos vários direitos, como à habitação, sob o mote Aprender a Fazer, Fazendo. Umas com as Outras. Na mesma linha, a segunda Assembleia Geral do Fórum Refúgio, que ocorrerá em Dezembro de 2020, terá como enfoque a co-construção do futuro, a partir das práticas já inauguradas, numa perspetiva de continuidade, tendo em conta que, como bem sabemos, a integração se constrói e consolida todos os dias, passo a passo.

1) Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a bolsa SFRH/BPD/118022/2016 – FSE/POCH.

Entre 2015 e 2019, no quadro do programa de recolocação, o país recebeu 1552 pessoas – 982 homens e 570 mulheres –, oriundas sobretudo da Síria, do Iraque e da Eritreia.



Segundo dados do ACM de 2019, 60% das pessoas acolhidas desde finais de 2015 permanecem em Portugal.

